

35º Encontro Anual da ANPOCS

Grupo de Trabalho 20 – Metamorfoses do Rural Contemporâneo

DEMOCRACIA E LUTA POR RECONHECIMENTO: a atuação do Colegiado Territorial do Sertão do Apodi-RN

Simone Cabral Marinho dos Santos

Professora do Departamento de Educação, Campus Avançado Prof^a Maria Elisa de Albuquerque Maia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

José Willington Germano

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ana Maria Moraes Costa

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

Introdução

Objetivamos apresentar os achados parciais da pesquisa intitulada “Participação e Controle Social: desconstruindo a inferioridade dos sujeitos do campo no Território do Sertão Apodi”, uma proposta de investigação da Base de Pesquisa Cultura, Política e Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e financiada pelo CNPq, por meio de seleção do Edital MCT/CNPq 02/2009 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Trata-se de um estudo iniciado em agosto de 2009, com previsão de término em julho de 2011, sobre as possibilidades de desconstrução do processo simbólico da inferioridade dos sujeitos do campo a partir da atuação e funcionalidade do Colegiado do Território Sertão do Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte. Esse Território está vinculado ao Programa Nacional Território da Cidadania iniciado em 2007, envolvendo vários Ministérios, com foco em ações para a redução das desigualdades sociais existentes nos municípios rurais brasileiros.

De caráter teórico-empírico, a investigação proposta tem na pesquisa qualitativa o pressuposto de uma abordagem metodológica mais adequada à explicitação dos diversos aspectos que envolvem a dinâmica de funcionamento do Colegiado Territorial do Sertão do Apodi. Trata-se de um mecanismo institucional criado para estimular e apoiar a participação dos sujeitos sociais na discussão e deliberação sobre políticas, programas e projetos que afetam diretamente suas vidas e suas relações de pertencimento e identidades culturais e geográficas no âmbito do Território. Os achados da pesquisa pretendem dar conta de uma compreensão das possibilidades de desconstrução do processo simbólico da inferioridade dos sujeitos do campo, a partir da atuação destes no Colegiado do Território Sertão do Apodi, no que diz respeito à tomada de decisão, às tensões, aos limites e às dificuldades no processo de busca pelo reconhecimento social desses sujeitos.

Para tanto, expomos aqui, primeiramente, uma discussão teórica sobre uma perspectiva de território que se contrapõe ao determinismo

econômico, impõe-se à lógica do capital e contraria as estruturas hegemônicas e dominantes na sociedade, a partir da luta pelo reconhecimento social dos sujeitos sociais do campo. Em seguida, aspectos referentes ao processo de desconstrução da inferioridade dos sujeitos e seus desdobramentos no âmbito dos movimentos sociais no campo, especificamente no cenário dos sujeitos envolvidos no Colegiado do Território Sertão Apodi, tomando como referência três eixos de análise: o perfil sócio-educacional dos sujeitos da pesquisa; a participação e a atuação no Colegiado Territorial; a identidade dos sujeitos com o movimento e a organização social no campo.

1 Território e luta por reconhecimento: desdobramentos no espaço rural

Tratando do espaço rural é preciso considerar o seu caráter heterogêneo e diverso, compreendendo-o em suas diferentes dimensões e relações políticas, sociais, culturais e econômicas. Assim, o espaço rural não pode ser visto de forma fragmentada, desvinculado do seu caráter integrador e das particularidades intrínsecas às relações sociais subjacentes que constroem a dinâmica desse lugar. E como estratégia integradora de espaços, sujeitos e políticas, o território apresenta-se como unidade articuladora de identidades regionais, sob a ótica do sentimento de pertença e orientado por um projeto de emancipação humana dos sujeitos envolvidos.

Assim, ao nos referirmos a território, para além da delimitação do espaço natural e geográfico, segundo Milton Santos este “não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade” (2007, p. 14. Grifo do autor). Desse modo, o território assume um caráter dinâmico das relações sociais, menos estável e mais contínuo, capaz de redefinir o tecido social e romper com enfoques setoriais, aglutinando as diversas atividades e espaços e possibilitando novos arranjos institucionais. Não se trata de encararmos o território como uma reunião de municípios, limitando-o a uma definição de qualidade jurídico-político, mas

perceber que o “território é fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 14).

Fala-se então, de uma perspectiva de território que se contrapõe ao determinismo econômico, que se impõe à lógica do capital e contraria as estruturas hegemônicas e dominantes na sociedade. Criam-se possibilidades para consolidação e ou emergência de novas ações que superem as desigualdades no campo, nas quais as próprias organizações dos sujeitos do campo protagonizem iniciativas. Trata-se, como o próprio Honneth (2003) salientou, de o *socialmente invisível* fazer-se notado. Somente a partir da aprendizagem da existência de um *outro generalizado* o sujeito é capaz de estruturar uma percepção normativa do mundo, para além do individual.

Refere-se a uma visibilidade não só do mero ato de conhecimento da presença do outro, mas de um reconhecimento moralmente valorado, pois a invisibilidade é justamente a perda da capacidade de percepção do indivíduo, indispensável ao reconhecimento. Com isso, o indivíduo é capaz de reduzir seu amor-próprio e conceder ao outro a autoridade moral necessária para interagirem em posição de reconhecimento (HONNETH, 2003).

Honneth (2003) afirma a necessidade de se pensar uma alternativa para a formação das ações coletivas e, conseqüentemente, para os movimentos sociais, fundadas sob valores éticos, com potencial de desenvolvimento de formas de solidariedade coletivas de identidade. Em sociedades fortemente marcadas pela desigualdade, o sentimento de desrespeito é compartilhado pelos indivíduos, cujo significado histórico está numa luta moralmente motivada (HEGEL, citado por HONNETH, 2003). O potencial de transformação política e social surge a partir do compartilhamento de sentimentos morais de desrespeito entre os indivíduos, capaz de possibilitar as lutas por reconhecimento e de levar os indivíduos a se engajarem em um movimento de desconstrução de sua inferioridade.

2 A Gestão Social do Território Rural do Sertão do Apodi-RN

A gestão social é estratégia de desenvolvimento rural posto no Programa Territórios da Cidadania. Trata-se de uma ação do Governo Federal, a ser realizada em parceria com os governos estaduais e municipais e a sociedade, com o objetivo de integralizar as políticas públicas para redução das desigualdades sociais e regionais, tendo por referência os territórios rurais como espaço de articulação e gestão de políticas públicas. A política dos Territórios é oriunda, principalmente, da necessidade de se adotar concepções inovadoras para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social, da degradação ambiental e das desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural brasileiro.

O ideal urbano torna o rural cada vez menos promissor, agravado pelo “encurtamento” da fronteira entre o rural e o urbano, além da visão negativa e carregada de estereótipos de quem vive do e no meio rural. As políticas que orientam o desenvolvimento tomam o urbano como parâmetro, o rural como atraso. Figura-se como uma imposição cultural, afetando diretamente os sujeitos, que se justifica em razão da visão reducionista do processo de produção da inferioridade e da invisibilidade dos sujeitos do campo. Para que este processo ganhe força foram, e estão sendo criados, mecanismos institucionais para o estímulo e o apoio à participação os sujeitos sociais dos territórios rurais para que possam discutir e deliberar publicamente sobre políticas, programas e projetos que afetam diretamente suas vidas e suas relações de pertencimento e identidades culturais e geográficas, sob o reconhecimento das instâncias de planejamento, gestão e controle social das ações implementadas no âmbito do Programa: no âmbito federal e estadual são os Comitês Gestores e, no local, os Colegiados Territoriais Rurais.

Essa estratégia de participação social busca promover a articulação e a gestão, descentralizada e participativa, de ações para alcançar o desenvolvimento social e sustentável das populações que vivem em territórios rurais de todo o país. Tem como objetivo apoiar e fortalecer, nos territórios, capacidades sociais de auto-gestão dos processos de promoção do

desenvolvimento, nos quais as próprias organizações dos agricultores(as) familiares e dos(as) trabalhadores(as) rurais protagonizem as iniciativas. Assim, os colegiados territoriais configuram-se como espaços de auto-gestão e de resistência à visão reprodutivista e determinista sobre o rural, que não vê qualquer alternativa de mudança da ordem estabelecida, apenas de manutenção do ordenamento vigente de produção simbólica da inferioridade dos sujeitos do campo.

A composição dos Colegiados Territoriais é formada por representação de organismos de governos municipal, estadual e federal com presença no território e de organizações da sociedade civil, conforme resoluções nº 48 e nº 52 do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável). Pautam-se como instrumentos de realização democrática, por se tratarem de instâncias de deliberação, tomada de decisões e controle social, para além de uma perspectiva institucionalizada da participação social. Conforme as Resoluções Nº 48 e 52 do CONDRAF, o Colegiado Territorial deve se estruturar, minimamente, a partir das seguintes instâncias: Plenário; Núcleo Dirigente; Núcleo Técnico e Câmaras Temáticas ou Câmaras Setoriais. Parafraseando as referidas resoluções, podemos dizer que:

a) Plenário: Instância máxima do Colegiado Territorial. É a própria composição desse Colegiado. Tem o papel de deliberar e tomar decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial.

b) Núcleo Dirigente: Tem a função de coordenar as ações definidas pelo Plenário do Colegiado Territorial, articular atores sociais, instituições e políticas públicas para a construção e implementação do desenvolvimento territorial. Essa instância não pode ter na sua composição organizações que não façam parte do Plenário do Colegiado Territorial.

c) Núcleo Técnico: É uma instância de apoio ao Colegiado Territorial, devendo ser composto por representantes técnicos de organizações de ensino, pesquisa, assistência técnica e setores diversos de prestação de serviços do poder público e da sociedade civil. Essa instância pode ter na sua composição organizações que não fazem parte do Plenário do Colegiado Territorial.

d) Comitês ou Câmaras Temáticas/Técnicas/Setoriais: São espaços criados pelo Plenário do Colegiado para subsidiar suas decisões e têm uma estreita relação com o Núcleo Dirigente. Têm o papel de propor, dialogar e articular temas específicos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. Assim como o Núcleo Técnico, essa instância pode ter na sua composição organizações que não fazem parte do Plenário do Colegiado Territorial.

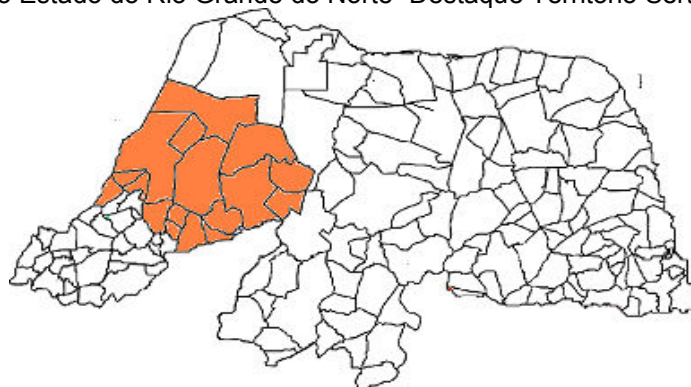
O Colegiado Territorial, enquanto mecanismo de participação e controle social, pretende ser um espaço de conquistas para os sujeitos envolvidos, por provocar mudanças nos modos de tratamento da coisa pública, introduzir fins públicos nas ações estatais e dar visibilidade às suas lutas por acesso ao controle social, desconstruindo a visão de naturalização da miséria e exclusão social no campo, resultante de uma perspectiva que o coloca num quadro de desigualdade e de lugar de atraso.

Nesse estudo, deter-nos-emos ao Colegiado do Território da Cidadania Sertão do Apodi – RN, localizado na região oeste do estado do Rio Grande do Norte. Esse Território é constituído por dezessete municípios: Apodi, Campo Grande, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix Sept Rosado, Janduí, Olho D'água dos Borges, Rafael Godeiro, Umarizal, Upanema, Itaú, Messias Targino, Paraú, Patu, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo e Triunfo Potiguar. Sua área geográfica corresponde ao total de 8.297 km², representando 15,6% da área do estado e com área municipal média de 488 km², superior à média estadual, que é de 318 km² por município.

Caracteriza-se por ser um território tipicamente rural, com densidade demográfica de 19 habitantes/km², bem inferior à média do estado, que é de 52,30 habitantes/km². A dinâmica econômica do território é fortemente atrelada à produção agropecuária e a negócios não agrícolas que ocorrem em cidades com menos de 10.000 habitantes, sendo que, dos dezessete municípios que compõem o território, sete têm mais de 10.000 habitantes. Esta característica do território faz com que a economia rural seja a principal alavanca de desenvolvimento (PTDRS; 2006), não por acaso que 57,6% dos membros do

Colegiado entrevistados moram no campo e 42,4% na cidade, revelando uma tendência de permanência da população no meio rural.

Figura 01- Mapa do Estado do Rio Grande do Norte- Destaque Território Sertão do Apodi-RN



Fonte: PDTRS (2006)

Embora os achados da pesquisa sejam parciais, é possível identificarmos resultados que apontam para as possibilidades de desconstrução do processo simbólico da inferioridade dos sujeitos do campo, a partir da atuação destes no Colegiado do Território Sertão do Apodi. Pelo Regimento Interno, atualmente compõem o Colegiado 162 membros, 22 representando o Poder Público e 140 a Sociedade Civil. Entrevistamos 85 membros, o que representa 51% do total. Destes, 55 homens e 30 mulheres. Apesar do número de mulheres entrevistadas ser significativamente menor que o dos homens, quando tratamos da forma de representação no Comitê, 83% das entrevistadas se colocaram como titulares, e os homens, em 56% dos entrevistados, como nos revela a tabela 01.

Tabela 01- Relação Sexo e Forma de participação no Colegiado do Território do Sertão do Apodi, 2010

Sexo	Forma de Participação no Comitê				Total
	Titular	Suplente	Observador	Convidado	
Homem	56%	14%	14%	14%	100,0%
Mulher	83%	3%	3%	10,0%	100,0%
Total	66%	11%	11%	13%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Assegurar o envolvimento político das mulheres em espaços e instrumentos de participação social é condição indispensável para transformar

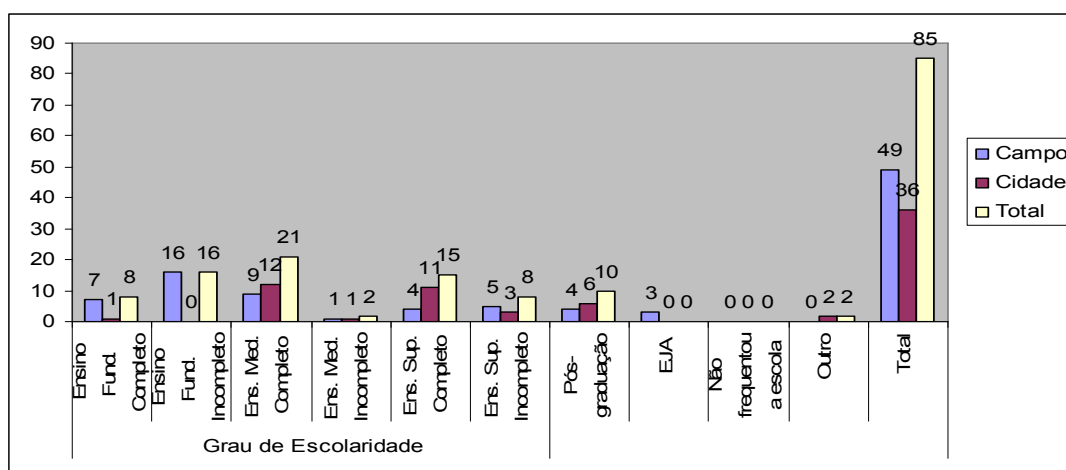
as necessidades e problemas individuais em demandas e projetos coletivos. Ainda que constatemos, através dessa pesquisa, os avanços em relação a essa situação, ressaltamos que, mesmo nos espaços em que as mulheres estão presentes, toda a sua dinâmica, estrutura e organização está pensada a partir de uma lógica masculina de divisão e ocupação dos espaços, quando determinadas atividades desenvolvidas por elas estão vinculadas à parte burocrática e tarefa das organizações, como o de Secretária, que, na representação social dos que participam dessas organizações, é uma função que não delega poder e tomada de decisão, como a de Presidente.

No que diz respeito à identificação com o trabalho rural, majoritariamente, os membros do Colegiado se dizem Agricultor ou Agricultora, 66%, embora, em alguns casos, combinem com a profissão de professor/pedagogo. Também é superior o número dos que têm idade entre 30 e 39 anos, representando 38,8% dos entrevistados, seguido dos que têm 20 e 29, 28,2%, e 40 a 49 anos, com 22,4%. Em minoria estão os que têm 50 a 59 anos, representando 8,2%, e acima de 59 anos, 2,4% dos entrevistados. Além disso, são homens e mulheres cujo estado civil, em sua maioria, é casado, representando 51,8%, que têm, em média, 1 ou 2 filhos, atingindo um percentual de 50,6% dos casos, que residem, quase equilibradamente, tanto no campo quanto na cidade, respectivamente, 53,5% e 46,5% dos entrevistados, contrariando a lógica de família nuclear de domínio urbano. Reforça esse dado o número de pessoas que moram na casa, incluindo o entrevistado, ficar entre 3 e 4 pessoas para 53% dos informantes.

Por outro lado, quando se trata de escolarização, estão no campo os baixos índices de escolaridade. Conforme o gráfico 01, dos sujeitos entrevistados que moram no campo, apenas 07 completaram o ensino fundamental e 16 não chegaram a concluir esse nível de ensino. Entre os sujeitos que moram na cidade, praticamente essa etapa da escolarização não aparece, como também não apareceu a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso se justifica, dado que o nível de escolarização na cidade supera o do campo, basta observarmos os dados no ensino médio, no ensino superior e na pós-graduação, respectivamente, em números absolutos, 12 e 9,

11 e 4, 6 e 4. Mas no geral, entre os que residem no campo ou na cidade, quando perguntados se estão estudando atualmente, apenas 27% afirmaram que sim, contra 73% que não. Quando especificamos por local de moradia, disseram não estudar atualmente, 61% dos que moram no campo e 39% dos que moram na cidade. E se considerarmos o recorte de gênero temos ainda 68% dos homens que não estudam, bem superior aos 32% referentes às mulheres em igual situação.

Gráfico 01- Relação Local de Moradia e Grau de Escolaridade no Território do Sertão do Apodi-RN, 2010 (Dados em absoluto).



Outro: Curso de aperfeiçoamento, formação, capacitação.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

No que se refere à participação e atuação dos membros no Colegiado, inicialmente destacamos a composição do Colegiado, que é formada por um conjunto de entidades, entre elas, Sindicatos, Associações e Poder Público Federal, Estadual e Municipal. No Regimento Interno está indicado, para o Poder Público Federal, Estadual e Municipal, a participação de 01 representante do Banco do Nordeste, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária (SEARA), da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE) e de cada prefeitura dos 17 municípios que compõem o Território. Quanto aos representantes da Sociedade Civil, tem-se (REGIMENTO INTERNO, Art. 5º, I e II):

- a) 17 representantes das Comissões de mulheres dos STTR;
- b) 17 representantes das Comissões de jovens dos STTR;
- c) 17 representantes dos STTR;
- d) 02 representantes de beneficiários diretos de cada um dos 10 municípios onde o PDHC realiza ações locais, num total de 20 pessoas;
- e) 02 representantes dos Fóruns de Associações de Agricultura Familiar ou da base dos sindicatos dos trabalhadores rurais eleitos em assembleia, dos demais municípios, num total de 14 pessoas;
- f) 15 (quinze) representantes das ONGs que atuam no território, quais sejam: COOPERVIDA (Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural), Centro Terra Viva, Cooperativa Terra Viva, Cooperativa Sertão Verde, SEAPAC (Serviços de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários), CEACRU (Centro de Apoio as Comunidades Rurais e Urbanas), Centro Pedra de Abelha, CEATICA (Centro de Apoio a Trabalhos e Iniciativas na Área da Criança e Adolescente), CF8 (Centro Feminista 8 de Março), Centro Padre Pedro, DIACONIA, ATOS (Assessoria, Consultoria, Capacitação Técnica Orientada e Sustentável), Oeste Vivo – Núcleo Integrado de Desenvolvimento Sustentável, CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Centro Semi-Árido.

Como dissemos anteriormente, são 162 membros, 22 representando o Poder Público e 140 a Sociedade Civil. Na prática, a participação dos membros nas reuniões tem sido bastante significativa, em média 50%¹, o que demonstra uma atuação mais efetiva dos seus membros, e não mera formalidade legal da participação. Majoritariamente, a participação nas reuniões é de representantes da sociedade civil, e não poderia ser diferente, uma vez que ocupam quase 80% dos assentos, que, em números absolutos, somam 140 membros, contra 22 do poder público, como está dito acima. Embora as resoluções nº 48 e nº 52 do CONDRAF orientem para uma composição paritária entre os membros, na prática, isso não ocorre no Território do Sertão do Apodi-RN.

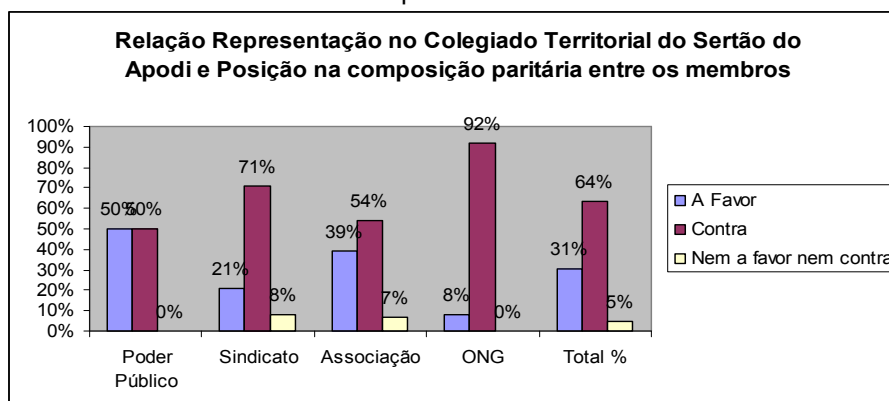
¹ Consideramos o registro das Atas das reuniões de junho de 2005 a outubro de 2010.

Essa disparidade na representação no Colegiado tem ganhado, recentemente, lugar de destaque na pauta de discussão das reuniões do Colegiado. O debate sobre a paridade tem provocado certas divergências e resistências entre os membros do Colegiado, tendo em vista as discordâncias levantadas quanto às orientações gerais para a constituição e gestão das institucionalidades territoriais, documento elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em que a recomposição paritária é defendida.

Entretanto, 64% dos informantes se posicionaram contrários à paridade e apenas 31% a favor, os outros 5% mantiveram-se neutros ou preferiram não responder. Se por um lado, para os que são contra, é “porque eu entendo a paridade como um favorecimento para o poder público. Quero que a maioria (no Colegiado) seja de agricultores e representantes deles”; e por outro lado, para os que são a favor é “porque o poder público tem que debater com nós, junto. Não adiante nós trabalharmos sozinho. Só nós aqui e eles não tão vindo. Eles têm que saber dos projetos”, a nosso ver, pesa uma certa resistência ao domínio político local e aversão à representação estatal, por significar um retorno ao mandonismo político.

Há uma linha tênue que divide a forma como é visto e tratado o poder local: ora como esfera de mandonismo político local, ora como esfera de abertura e participação social. Além do mais, em virtude da identificação e envolvimento dos membros do Colegiado com a vivência e a participação em ONG's o apelo contrário à paridade é mais incisivo. O posicionamento dos que atuam em associação é mais favorável à paridade, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 02- Posicionamento sobre a Paridade no Colegiado Territorial por Instituição Representativa



Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Essa discussão sobre a paridade é motivada não só pelo grande número de membros, o que dificulta a sua organização, mobilização e articulação, mas pela necessidade de reavaliação dos critérios de participação das instituições e entidades, tendo em vista a ausência dos seus respectivos representantes tanto da sociedade civil quanto, em maior proporção, do poder público.

Quando tratamos da forma como os membros foram escolhidos para compor o Comitê, pudemos constatar que 47% dos seus representantes foram eleitos na Assembleia geral das entidades de que participam, 29% foram indicados por alguém da entidade, 7% eleitos na Plenária do Comitê e 17% por outras formas de escolha, que em geral, estão na auto indicação, seja porque é membro da diretoria de um sindicato, seja porque é secretário municipal etc. Fazendo a relação desses dados com a forma de representação no Comitê Territorial do Sertão do Apodi-RN, a prática de eleger o representante coletivamente está mais presente nas associações, e a indicação por alguém, considerando o número de entrevistados, no poder público e nas ONG's.

Tabela 01- Relação Forma de Escolha na Composição do Comitê e Forma de Representação do Comitê Territorial do Sertão do Apodi-RN (Dados em absoluto e percentagem)

FORMA ESCOLHA	DE	REPRESENTAÇÃO NO COMITÊ TERRITORIAL DO SERTÃO DO APODI-RN				Total
		Poder Público	Sindicato	Associação*	ONG	

Indicado por alguém da entidade	3	6	9	7	25
	12,0%	24,0%	36,0%	28,0%	100,0%
Assembleia geral da Entidade	1	8	28	3	40
	2,5%	20,0%	70,0%	7,5%	100,0%
Eleito na Plenária do Comitê	1	2	2	1	6
	16,7%	33,3%	33,3%	16,7%	100,0%
Outro	3	8	2	1	14
	21,4%	57,1%	14,3%	7,1%	100,0%
Total	8	24	41	12	85
	9,4%	28,2%	48,2%	14,1%	100,0%

*As Cooperativas estão incluídas nesse segmento.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010

Embora prevaleça a forma de escolha dos membros de modo coletivo e compartilhado, persiste o desafio de desativação de estruturas convencionais, vez que a perspectiva de representatividade e eficiência no controle social é incapaz de superar o caráter formal e burocrático desses mecanismos, enfraquecendo novas arenas públicas relacionadas à participação social. Mas, ao tratarmos das motivações para participar do Comitê Territorial, os representantes colocam-se como agentes ativos do processo e não meros telespectadores, voltando-se para o direcionamento de suas atividades para o acesso às informações. No dizer dos entrevistados, a participação se dá

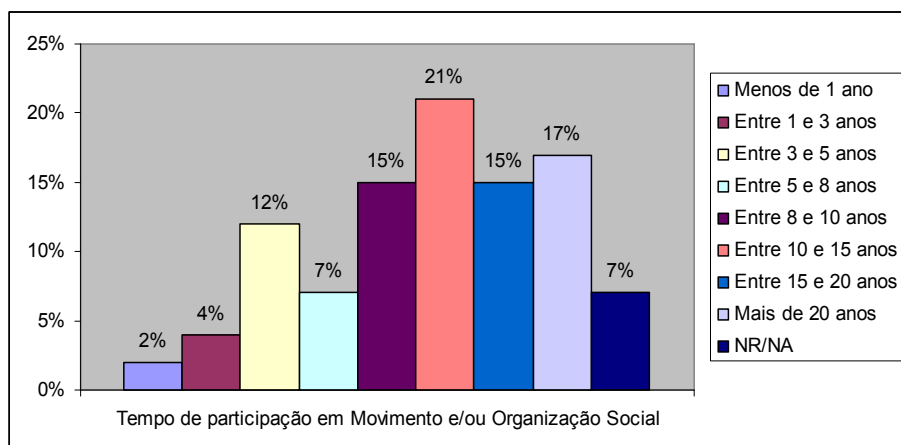
Porque a gente engajou na luta com o Comitê e queria trazer projeto para nossa comunidade. A gente vem para essa reunião e interessa levar mais informação e mais projeto para comunidade (Membro do Colegiado-Agricultor).

Primeiro eu participava porque fui escolhido para representar o agricultor. Hoje eu participo porque acho importante e necessário para, junto com os outros companheiros, tomar decisões (Membro do Colegiado- Agricultor).

Ao mesmo tempo em que há uma necessidade de participação dos grupos sociais e camadas populares há também um reconhecimento da legitimação do poder das lideranças locais no Colegiado, visto como um espaço institucionalizado e representativo das demandas e interesses pessoais e coletivos dos sujeitos. Mas o fato de participarem desse mecanismo representando um determinado segmento social não necessariamente significa que as relações vividas nesses momentos definem e traduzem-se em conhecimento e identidade sobre o sentido e significado da participação social, isso porque 12% dos entrevistados disseram não participar de nenhum tipo de organização ou movimento social. Mesmo que 88% tenham dito o contrário, se estão como representantes no Comitê, de fato participam de algum tipo de organização, o que leva a questionar uma real consciência crítica do sentido da vivência de participar, ou mesmo um amadurecimento teórico e prático. Na verdade, alguns membros apresentam-se como representantes que dificilmente o são de modo legítimo, pois não se trata de banalizar a participação, muito menos torná-la uma dádiva, concessão, mas um processo em permanente construção, que assume a feição política de toda e qualquer tomada de decisão.

Como a atuação dos membros no Colegiado adere a uma raiz de participação atual e anterior, procuramos averiguar o tempo e as formas de envolvimento dos membros do Colegiado Territorial do Sertão do Apodi-RN em movimentos e organizações sociais a fim de identificarmos laços e compromissos históricos com a formação pessoal e coletiva desses sujeitos. No gráfico 03 é possível visualizarmos esse envolvimento, em que pese o fato de que 17% desses membros estão enraizados em diferentes lutas sociais há mais de 20 anos e apenas 2% em menos de um ano.

Gráfico 03- Distribuição (%) por tempo de participação em movimento social e/ou organização social dos membros do Colegiado Territorial do Sertão do Apodi-RN



*NR/NA: Não Respondeu/Não se Aplica

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Ao longo do tempo, o envolvimento entre os membros tem se dado a partir da atuação em Sindicatos Rurais, Associações Comunitárias Rurais, Federações de Trabalhadores e Agricultores Rurais, Conselhos Gestores, Comissões de Mulheres e Jovens dos Sindicatos Rurais, Cooperativas, Grupos de Jovens, Fóruns, Marchas, Campanhas, ONG's, enfim, diferentes movimentos sociais do campo, influenciados pelo acesso aos benefícios e serviços provenientes das ações e projetos e pelo desejo de fortalecer a comunidade e melhorar as condições de vida dos trabalhadores do campo. Assim dizem:

Por acreditar que as transformações acontecem através das mobilizações e na sociedade organizada.

Por entender que o movimento social ajuda a buscar e a consolidar a melhoria da qualidade de vida do homem e da mulher do campo, principalmente, da sociedade civil em geral.

Quando tratamos de discussões nas reuniões, os sujeitos da pesquisa têm priorizado o viés econômico, o que não seria diferente em uma realidade em que tais sujeitos buscam o seu reconhecimento e emancipação humana através da valorização do seu trabalho. Dos projetos que se destacaram como de mais importância estão o Entrepósito de Mel, as Usinas de Leite, Programa 1 Milhão de Cisternas, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, Barragens e Assistência Técnica. Tais discussões são realizadas tanto

em plenária quanto em grupos organizados por Câmaras Temáticas, quais sejam: Cadeias Produtivas, Comércio e Serviços, Recursos Hídricos, Infra-estrutura Básica, Ciência e Tecnologia, Agroecologia, Educação, Saúde e Cultura. Sem dúvida, as Câmaras Temáticas de maior envolvimento entre os membros são as que discutem Cadeias Produtivas, Comércio e Serviço, Recursos Hídricos e Agroecologia, em detrimento da Câmara Temática Educação, Saúde e Cultura, uma vez que se trata de bens e serviços ligados à produção e à renda, cujo retorno é imediato, concreto e com maior visibilidade.

E ainda que a participação no Comitê dependesse “no começo, para ter acesso aos serviços oferecidos (consulta, extração etc). Depois, foi o período de conscientização” (Membro do Colegiado), tais sujeitos apontam para uma perspectiva de mudança nas comunidades e assentamentos a partir da atuação no Colegiado, não só porque essa atuação seja rentável economicamente, mas porque ela tem resultado em mudanças de comportamentos e atitudes críticas perante a realidade social, tornando-os mais conscientes do seu papel político na sociedade. Em se tratando se é possível perceber mudanças na comunidade ou no assentamento a partir da atuação do Colegiado, um informante diz o seguinte:

A comunidade é mais participativa, pois conseguiu perceber que é necessário está organizado e o Comitê contribuiu para essa organização.

Pelo que expomos até aqui, é possível compreendermos, na dinâmica de funcionamento do Colegiado do Território Sertão Apodi, possibilidades de ações que vêm colaborando com a desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo, particularmente no que diz respeito à mudança de comportamentos e atitudes críticas perante a realidade social. O nosso desafio está em perceber nos processos de construção de consensos decisórios a possibilidade de uma mudança qualitativa do paradigma de desenvolvimento numa perspectiva criativa e inovadora de aprendizagem coletiva e de emancipação humana para o campo.

Considerações finais

Ao tratarmos nesse texto sobre a situação e a condição de invisibilidade dos sujeitos sociais do campo, particularmente do Território Sertão Apodi, trouxemos a tona elementos necessários, ainda que embrionários, para compreender como o fortalecimento e a organização social no campo têm alcançado níveis de participação determinantes para o desenvolvimento de políticas públicas para o campo, sobretudo a partir do respeito às singularidades dos povos do campo.

A principal contribuição científica desse trabalho é pautar o debate, no interior da produção acadêmica, sobre as estratégias criativas e inovadoras de superação das condições de desigualdade social no espaço rural. Essa reflexão nos aponta elementos importantes de consolidação do desenvolvimento social sustentável com foco na emancipação humana e no fortalecimento da vida em comunidade dos sujeitos do campo, uma vez que o Colegiado vem se constituindo como instrumento eficaz para o planejamento de processos inovadores de gestão social do território numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável, formação política e cidadã e emancipação dos sujeitos e da comunidade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em <http://www.sda.ce.gov.br>. Acesso em 15 de julho de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo**. Resolução CNE/CEB n. 1, de 03 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios Brasília : Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004. p. 48.

BRASIL. Governo Federal. **Territórios da Cidadania**. Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. Brasília, 2008. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br. Acesso em: 11 de junho de 2011.

BRASIL. Governo Federal. **Territórios da Cidadania**. Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. Brasília, março de 2009. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br. Acesso em: 11 de junho de 2011.

GERMANO, José Willington. **A Produção simbólica da inferioridade**. (academic paper), 2008.

_____. Globalização contra-hegemônica, solidariedade e emancipação social. **Cronos**, Natal, v. 1 n. 1, 2007.

HONNET, Axel. **Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

PDTRS. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Sertão do Apodi -RN**. Projeto Dom Hélder Câmara. Rio Grande do Norte. Novembro de 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Filosofia à venda, a doura ignorância e a aposta de Pascoal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, mar. 2008.

_____. **Os processos de globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Apontamento, 2002. p. 31-106.

_____. **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. In: _____; BECKER, Bertha K. (Orgs.) **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Programa de Seminário INEA sobre Desenvolvimento nas áreas rurais. Método de análise e políticas de intervenção. Roma: 1996.

STOER, Luiza; CORTESÃO, Stephen R. Cartografando a transnacionalização do campo educativo: o caso português. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas- o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Sociedade e Agricultura**, Porto Alegre, n. 15, out. 2000.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001. 405 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.